



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO Nº 17/2026

MODO DE DISPUTA ABERTO

Aplicação Lei nº 14.133/2021

Processo nº: 022/2026

Modalidade: Pregão nº 017/2026

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor Preço Unitário

Objeto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços de arrecadação das faturas de água, esgoto e demais receitas do SEMASA – Carangola/MG, por meio do sistema de pagamentos instantâneos PIX, no padrão QR Code estático, incluindo a correspondente prestação de contas e conciliação dos valores arrecadados.

O SEMASA – Serviço Municipal de Saneamento Básico e Infraestrutura do Município de Carangola – MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 17.726.399/0001-95, com sede na Rua Divino, nº 93, neste ato representado por seu Diretor Geral em exercício, Sr. Vitor Hugo Cosenza Neves, torna pública a abertura de procedimento licitatório para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, a ser processado e julgado pelo Pregoeiro, assistido por sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria SEMASA/CGA-041/2023, conforme condições estabelecidas no presente Edital, com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/2021

LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 14/05/2026 às 09:00 (nove horas)

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

Este Procedimento Licitatório, em sua integralidade, encontra-se à disposição para consulta, no SEMASA, sito à Rua Divino, nº 93 – bairro Centro – Carangola – MG, CEP: 36800-040, fone (32) 3741-5820 - e-mail: comprasecontratos@semasacarangola.com.br, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min horas.

Carangola - MG, 27 de abril de 2026

Vitor Hugo Cosenza Neves
Diretor Geral SEMASA/CARANGOLA-MG



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

1. DO OBJETO

- 1.1 Contratação de instituição financeira para prestação de serviços de arrecadação das faturas de água, esgoto e demais receitas do SEMASA – Carangola/MG, por meio do sistema de pagamentos instantâneos PIX, no padrão QR Code estático, incluindo a correspondente prestação de contas e conciliação dos valores arrecadados.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 2.1 O presente procedimento licitatório é disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais condições fixadas neste edital e seus anexos.
- 2.2 O presente procedimento licitatório se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 2.3 A obtenção de benefícios a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3. DO CUSTO DE OPERACIONALIZAÇÃO

- 3.1 O custo de operacionalização pelo uso da plataforma “Licitanet” de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão.
- 3.2 O e-mail de contato para fornecedores junto a plataforma “Licitanet” é fornecedor@licitanet.com.br e o telefone de contato para os fornecedores junto a plataforma “Licitanet” é (34) 2512-6500 (opção 2).

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.
- 4.2 Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.
- 4.3 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>.
- 4.4 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou o SEMASA/Carangola-MG, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.
- 4.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas pelo licitante ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 4.7 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

5. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

- 5.1 Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
 - 5.1.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, na Rua Divino, nº 93, Centro, Carangola-MG – CEP: 36.800-040, na Seção de Compras e Contratos do SEMASA/Carangola-MG.
 - 5.1.2 Caso a licitante esteja impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo, poderá encaminhar via Correios, endereçado à Seção de Compras e Contratos do SEMASA/Carangola-MG, com carta de aviso de recebimento, a fim de comprovar o envio da sua manifestação.
 - 5.1.3 As impugnações também serão aceitas e recebidas quando enviadas via e-mail para: comprasecontratos@semasacarangola.com.br e/ou pregoeiro@semasacarangola.com.br em dias úteis, das 08h00 às 17h00, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais impugnações.
 - 5.1.4 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.
 - 5.1.5 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

- 5.1.6 As respostas das impugnações serão publicadas no site do SEMASA/Carangola-MG.
- 5.1.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 5.1.8 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.1.9 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 5.1.10 Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.
- 5.2 A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 5.3 Qualquer licitante poderá recorrer dos atos praticado pelo Pregoeiro, cuja intenção deverá ser manifestada no final da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.
- 5.4 A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo ao Pregoeiro conceder o prazo de três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 5.5 O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.
- 5.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 5.7 Se não reconsiderar a sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva e homologação do procedimento.
- 5.8 Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão ser endereçados ao Pregoeiro e protocolados na Seção de Compras e Contratos do SEMASA/Carangola-MG.
 - 5.8.1 Caso a licitante esteja impossibilitada de efetuar pessoalmente a entrega, poderá encaminhar via Correios, endereçado a Seção de Compras e Contratos do SEMASA/Carangola-MG, com carta de aviso de recebimento, a fim de comprovar o envio da sua manifestação.
 - 5.8.2 Os memoriais de recursos e contrarrazões também serão aceitos e recebidos quando enviados via e-mail para: comprasecontratos@semasacarangola.com.br e/ou pregoeiro@semasacarangola.com.br em dias úteis, das 08h00 às 17h00, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais recursos.
- 5.9 Os autos permanecerão desde logo com vista franqueada aos interessados na Seção de Compras e Contratos da autarquia.
- 5.10 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

6 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 6.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.
- 6.2 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.
- 6.3 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, os licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**.
- 6.4 Como requisito para participação no **PREGÃO ELETRÔNICO** o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**.
- 6.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.6 Somente poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.
- 6.7 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.
- 6.8 Não poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas enquadradas nos casos a seguir:
 - 6.8.1 Concordatária, em recuperação judicial, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
 - 6.8.1.1 As empresas submetidas a processos de recuperação judicial podem participar desta licitação, desde que demonstrem, na fase de habilitação, ter viabilidade econômica.
 - 6.8.2 Que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará(ão) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21 sem prejuízo da cobrança de perdas e danos.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

- 6.8.3 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 6.8.4 Pessoa física ou jurídica que incidirem nas hipóteses previstas no § 1º e § 2º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 6.8.5 Empresa cujo dirigente ou sócio majoritário, participe como acionista, sócio majoritário, procurador ou representante legal de outra empresa do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação.
- 6.8.6 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 6.9 Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor do SEMASA/Carangola-MG, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores do mesmo.
- 6.10 Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

7 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SEU PREENCHIMENTO

- 7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema da LICITANET, proposta contendo o “**DESCRIPTIVO DO OBJETO OFERTADO**”, incluindo **PREÇO (conforme solicita o sistema)**, até o horário limite de início da Sessão Pública determinado no Edital, horário de Brasília, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio da proposta.
 - 7.1.1 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
 - 7.1.2 O sistema da LICITANET fornece aos interessados a proposta “pré-pronta”, inclusive com o descritivo do item de acordo com o solicitado, para que não ocorra alterações no descritivo, o que não é permitido.
- 7.2 As propostas cadastradas no sistema não devem conter identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação do licitante na proposta cadastrada, esta será desclassificada pelo Pregoeiro.
- 7.3 Os preços ofertados na proposta inicial serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.4 Em casos excepcionais e devidamente justificados, o pregoeiro pode sanear erros ou falhas de natureza meramente formal ou material que não alterem a substância da proposta, sua validade jurídica ou que não causem prejuízos à administração, sempre em observância aos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa.
- 7.5 A proposta do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 7.6 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante.
- 7.7 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens e/ou prestação dos serviços.
- 7.8 O licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.9 A apresentação da Proposta por parte do licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições deste Edital e seus anexos e total sujeição à legislação pertinente.
- 7.10 O SEMASA não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados.
- 7.11 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos, **DESCLASSIFICANDO**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 8.3 Os licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo Pregoeiro.
- 8.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

- 8.5 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente no site <https://licitanet.com.br>, conforme Edital.
- 8.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas e somente estas participarão da fase de lances.
- 8.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.8 **O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**
- 8.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.10 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.11 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALOR UNITÁRIO E TOTAL** com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 8.11.1 Caso seja encerrada a fase de lances e o licitante divergir do exigido, o Pregoeiro poderá convocá-lo no **CHAT MENSAGEM** para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS** automaticamente caso o licitante permaneça inerte.
- 8.12 Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de R\$ 0,01 entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.13 É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.
- 8.13.1 Excepcionalmente, sendo efetuado lance considerado manifestamente inexequível, o Pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema. Conforme o caso, o Pregoeiro o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente.
- 8.13.1.1 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item.
- 8.14 Será adotado para o envio de lances no presente Pregão Eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.
- 8.14.1 Neste modo de disputa, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.14.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.14.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.15 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.16 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.17 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 8.18 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.19 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, o valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.20 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.21 O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br>.
- 8.23 Caberá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 8.24 A desistência em apresentar lance implicará exclusão do licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.
- 8.25 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.26 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor original de sua proposta.
- 8.27 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 8.27.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 8.27.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

- 8.27.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 8.27.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.28 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.28.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
- 8.28.2 Empresas brasileiras.
- 8.28.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 8.28.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.29 As regras previstas no subitem 9.28 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 8.30 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 8.31 Após o encerramento da etapa de lances, e não tendo sido a menor proposta ou lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso se verifique a ocorrência de empate, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº 123/06.
- 8.31.1 Entende-se por empate, nos termos da LC 123/06, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas ME e EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances.
- 8.31.2 Na ocorrência de empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.31.2.1 A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 8.31.2.2 É de responsabilidade da licitante a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento.
- 8.31.2.3 Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação.
- 8.31.2.4 Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.31.1, na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito.
- 8.32 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro abrirá pelo sistema eletrônico, tempo de negociação junto ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, na tentativa de se obter melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará a compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência.
- 9.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 9.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.7 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 9.8 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

- 9.11 Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.12 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.13 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1 **SERÁ EXIGIDA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO APENAS DO LICITANTE VENCEDOR**, conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/2021.
- 10.2 Logo após a etapa de finalização dos lances ofertados e encerramento das negociações de um melhor valor o Pregoeiro solicitará do licitante vencedor que, no prazo de duas horas, envie todos os documentos de habilitação.
 - 10.2.1 Fica a critério do Pregoeiro a prorrogação do prazo estabelecido no subitem anterior, com o objetivo de se manter o melhor preço aferido e também sanar alguma ocorrência procedimental, inclusive solicitar documentação complementar, caso entenda necessário, observando-se o princípio da razoabilidade.
 - 10.2.2 O licitante vencedor que não apresentar toda a documentação de habilitação dentro do prazo estabelecido pelo Pregoeiro, será inabilitado. O Pregoeiro então negociará com o próximo licitante melhor colocado no certame, os itens pendentes.
- 10.3 O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 10.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123 de 2006.
- 10.5 Os documentos de habilitação do licitante vencedor do certame somente serão disponibilizados para acesso público após o encerramento da habilitação dos mesmos.
- 10.6 O licitante será inteiramente responsável por todas as documentações anexadas no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras, bem como acompanhar o andamento da análise documental no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11 DA HABILITAÇÃO

- 11.1 OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTES EDITAIS, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1.1 Ato Constitutivo:

- 11.1.1.1 **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;
- 11.1.1.2 Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- 11.1.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- 11.1.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 11.1.1.5 **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.
- 11.1.1.6 **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 11.1.2 Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data da abertura do certame.
- 11.1.3 Prova de inscrição estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 11.1.4 Certificado de Regularidade do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor.
- 11.1.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme Lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor.
- 11.1.6 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

11.1.7 Certidão Negativa de Débitos Tributários Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor.

11.1.8 Certidão Negativa de Débitos Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município em vigor.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.1.9 **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

11.1.9.1 Este documento limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.1.9.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura.

11.1.10 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

11.1.11 **As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais.

11.1.12 Os **MEI's (Microempreendedores Individuais)** para fins da habilitação econômico-financeira, deverão apresentar a **Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI)**.

11.1.12.1 Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Microempreendedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1.13 Apresentação de Registro, Certidão ou Autorização do Banco Central do Brasil, comprobatória da condição de Instituição Financeira.

DECLARAÇÕES:

11.1.14 **DECLARAÇÃO ÚNICA, fornecida pelo sistema da "Licitanet"**

11.1.14.1 Esta **DECLARAÇÃO ÚNICA** se torna imprescindível para a habilitação dos licitantes vencedores do certame, pois contempla a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no Artigo 63, inciso IV da Lei 14.133/2021 e declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme previsto no Artigo 63, § 1º da Lei 14.133/2021, além das demais exigências declaratórias legais de responsabilidade da empresa.

11.2 As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

11.3 O objeto social descrito no ato constitutivo deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado.

11.4 Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurado pelo Pregoeiro, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação do respectivo licitante.

11.5 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

11.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.7 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.8 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.10 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

- 11.11 Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.
- 11.12 Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) e demais equiparadas, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014.
 - 11.12.1 A existência de eventual restrição na regularidade fiscal ou trabalhista, inclusive quanto à validade de certidões na data da sessão, não ensejará inabilitação automática, devendo ser assegurado o prazo legal para regularização.
 - 11.12.2 Poderá o Pregoeiro promover diligência para verificação da regularidade fiscal e trabalhista mediante consulta aos sistemas oficiais emissores de certidões.
 - 11.12.3 A não regularização no prazo previsto acarretará a inabilitação do licitante, sendo convocados os remanescentes na ordem de classificação. Caso o próximo classificado seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada com restrição fiscal ou trabalhista, será igualmente concedido o mesmo prazo para regularização.
 - 11.12.4 A diligência destinada à confirmação ou atualização de certidão fiscal ou trabalhista para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada não se confunde com a substituição de demais documentos inexistentes, vedada nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.13 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 11.14 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação.
- 11.15 Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do pregão, devendo o(s) convocado(s) apresentar(em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.
- 11.16 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado e conseqüentemente, vencedor do certame.
- 11.17 É prerrogativa do Pregoeiro solicitar do licitante habilitado e vencedor do certame que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada aos valores finais obtidos.
 - 11.17.1 Independentemente desta solicitação, os últimos lances ofertados já estarão registrados e na responsabilidade de cumprimento pelo licitante vencedor do certame.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
 - 12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
 - 12.1.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 - 12.1.4 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente da Autarquia, caso não haja interposição de recurso, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA CONTRATAÇÃO

- 14.1 Após a adjudicação e homologação do processo, a seção competente da autarquia providenciará a emissão da Nota de Empenho e envio do contrato para o licitante vencedor, que deverá ser assinado no máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 14.2 O objeto do contrato deverá ser executado diretamente pela CONTRATADA, não podendo ser cedido ou sublocado, excetuados aqueles motivos de força maior ou caso fortuito, o que dependerá de prévia anuência da CONTRATANTE, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelos ônus e perfeição técnica do mesmo.
- 14.3 O presente contrato terá prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com o Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.4 Os valores contratuais serão fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/2021.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

15 DA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 15.1 A instituição financeira contratada deverá:
- 15.1.1 Arrecadar as faturas de água, esgoto e demais receitas do SEMASA – Carangola/MG por meio do sistema PIX, no padrão QR Code estático, permitindo a liquidação por qualquer prestador de serviços de pagamento participante do arranjo PIX;
 - 15.1.2 Fornecer prestação de contas completa e detalhada dos valores arrecadados, com conciliação financeira periódica;
 - 15.1.3 Disponibilizar relatórios gerenciais que permitam acompanhamento e controle pela Administração;
 - 15.1.4 Garantir segurança, sigilo e conformidade com a Lei nº 13.709 no tratamento de dados pessoais;
 - 15.1.5 Fornecer Manual de Integração detalhado e suporte técnico suficiente para permitir ajustes nos sistemas da Administração, incluindo integração via arquivos de lote e/ou API;
 - 15.1.6 Realizar o serviço sem cobrança de sobretaxas adicionais, considerando o valor fixo definido no processo licitatório.
- 15.2 O SEMASA/Carangola-MG fornecerá as faturas e receitas a serem integradas, estabelecendo cronograma prévio de implantação com prazos correspondentes.
- 15.3 O serviço deverá operar de forma contínua (24 horas por dia, inclusive finais de semana e feriados), permitindo liquidação imediata das receitas, em conformidade com as normas e manuais do Banco Central do Brasil relativos ao PIX e à geração de QR Code Estático, conforme Resolução BCB nº 1/2020 e suas alterações.
- 15.4 A implantação deverá ser concluída no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, compreendendo todas as etapas necessárias à efetiva disponibilização da funcionalidade em ambiente de produção, incluindo parametrização, integração sistêmica, testes e homologação.
- 15.5 Será admitida a execução remota das atividades técnicas, desde que assegurado o pleno funcionamento da solução e a compatibilidade com os sistemas utilizados pela Autarquia.
- 15.6 A solução será considerada aceita após a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada, especialmente quanto: à correta geração do PIX Estático; à integração com o sistema de gestão utilizado pela Autarquia; à geração e ao processamento adequado dos arquivos de retorno; à regular conciliação dos pagamentos realizados.
- 15.7 Constatadas inconsistências ou inconformidades, a contratada deverá promover as adequações necessárias no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da notificação formal, sem ônus adicional para o SEMASA/Carangola-MG e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 15.8 O SEMASA não se obriga a manter e/ou abrir nenhum tipo de conta com ou sem ônus na instituição bancária da licitante vencedora.
- 15.9 De acordo com a necessidade do SEMASA/Carangola-MG, e mediante avanços tecnológicos, a instituição financeira deverá estar preparada para migrar para o QR Code dinâmico via API (Application Programming Interface) sem custos adicionais para a Autarquia.
- 15.10 A aceitação da solução não exime a contratada da responsabilidade pela adequada execução contratual, permanecendo responsável por falhas, vícios ou irregularidades identificadas durante a vigência do contrato.

16 INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 16.1 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:
- 16.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - 16.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - 16.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 16.2 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura ao SEMASA/Carangola-MG o direito de extinguir o instrumento contratual a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
- 16.3 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará à CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da CONTRATADA, independentemente de outras penalidades.
- 16.4 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.
- 16.5 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções administrativas pertinentes.
- 16.6 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o SEMASA/Carangola-MG poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual.
- 16.7 O cancelamento contratual também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento do contrato, quando:
- 16.7.1 descumprir as condições contratuais;
 - 16.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

16.7.3 não aceitar reduzir o preço de contrato, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado dos quais a administração tome conhecimento; ou

16.7.4 sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.8 O cancelamento contratual nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será formalizado por despacho fundamentado.

17 DA TRANSFERÊNCIA DE VALORES E FORMA DE PAGAMENTO

17.1 A transferência de valores ocorrerá da seguinte forma:

17.1.1 A CONTRATADA fará a transferência de valores recebidos, sem ônus para a CONTRATANTE, enviado para a conta corrente indicada pela CONTRATANTE, até às 9:00 (nove) horas do segundo dia posterior à execução da cobrança.

17.1.2 A CONTRATADA deverá encaminhar por boleto à CONTRATANTE, os valores referentes às cobranças das faturas de água, esgoto e demais receitas do mês anterior. O boleto deverá ser gerado com vencimento para o último dia útil do mês subsequente à cobrança das tarifas, no valor líquido, descontando-se o valor do Imposto de Renda, que será retido na fonte, pelo SEMASA. Anexo a este boleto, deverá ser encaminhado o relatório mensal dos valores brutos das respectivas tarifas, detalhado por dia de arrecadação.

17.1.3 Os recebimentos efetuados em dias e horários sem expediente deverão ser transferidos no 1º (primeiro) dia útil subsequente até as 09:00 horas.

18 DAS PENALIDADES E MULTAS

18.1 As penalidades e multas serão executadas conforme artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

19 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária Função: 17 - Sub-Função: 122 - Programa: 0021 - Atividade: 6001- Natureza/Despesa: 3.3. 90.39.00.

20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

20.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.4 O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.5 As modificações ocorridas neste Edital, obedecerão ao disposto no parágrafo 1º, do Artigo 55 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.6 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.7 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.8 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.9 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

20.10 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

20.11 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital.

20.12 Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços.

20.13 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

20.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente no SEMASA/Carangola-MG.

20.15 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.16 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

- 20.17 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.
- 20.18 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 20.19 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.
- 20.20 Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- 20.21 Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 20.22 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo.
- 20.23 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.
- 20.24 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 20.25 A autoridade competente reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de 02 (dois) dias úteis, consoante prevê o artigo 165 da Lei nº 14.133/21, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à licitante, direito a indenização, seja a que título for.
- 20.26 O SEMASA poderá anular o certame, por vício de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- 20.27 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Carangola-MG.
- 20.28 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 20.28.1 ANEXO I – Termo de Referência.
- 20.28.2 ANEXO II – Proposta de Preços.
- 20.28.3 ANEXO III – Minuta de Contrato.

Carangola - MG, 27 de abril de 2026

Vitor Hugo Cosenza Neves
Diretor Geral SEMASA/Carangola-MG



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Artigo 6º - Inciso XXIII – Lei 14.133/2021

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Contratação de instituição financeira para prestação de serviços de arrecadação das faturas de água, esgoto e demais receitas do SEMASA – Carangola/MG, por meio do sistema de pagamentos instantâneos PIX, no padrão QR Code estático, incluindo a correspondente prestação de contas e conciliação dos valores arrecadados.
- 1.2. A natureza desta contratação é caracterizada como prestação de serviço contínuo.
- 1.3. Das especificações do objeto, estimativas de quantidade e prazo contratual:

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade estimada de guias arrecadadas mensais via PIX
01	12334	Arrecadação via PIX (QR Code estático)	transação	2.580

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 2.1. O presente processo licitatório fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 2.2. O objeto consiste na contratação de instituição financeira para a prestação de serviços de arrecadação das faturas de água, esgoto e demais receitas do SEMASA – Carangola/MG, por meio do sistema PIX (QR Code estático), com a correspondente prestação de contas e conciliação dos valores arrecadados.
- 2.3. O procedimento observará as normas do Banco Central do Brasil relativas ao PIX, bem como as disposições da Lei nº 13.709.

3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação tem por objetivo selecionar instituição financeira para prestação de serviços de arrecadação das faturas de água, esgoto e demais receitas do SEMASA – Carangola/MG, por meio do sistema de pagamentos instantâneos PIX, no padrão QR Code estático, compreendendo a correspondente prestação de contas, conciliação financeira e fornecimento de relatórios gerenciais, assegurando maior eficiência, segurança e agilidade na arrecadação, nos termos das normas do Banco Central do Brasil.
- 3.2. Considerando que o SEMASA possui, atualmente, contrato vigente com o Banco do Brasil S/A para recebimento de contas via Pix, o referido contrato será devidamente aditado para a exclusão desse serviço, em razão do início da vigência do novo contrato oriundo deste procedimento licitatório, independentemente de qual seja a licitante vencedora.

4. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

- 4.1. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço unitário, em razão de se tratar de prestação de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, sendo amplamente disponível no mercado, o que possibilita maior competitividade, economicidade e celeridade ao procedimento licitatório.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 5.1. A instituição financeira contratada deverá:
 - 5.1.1. Arrecadar as faturas de água, esgoto e demais receitas do SEMASA – Carangola/MG por meio do sistema PIX, no padrão QR Code estático, permitindo a liquidação por qualquer prestador de serviços de pagamento participante do arranjo PIX;
 - 5.1.2. Fornecer prestação de contas completa e detalhada dos valores arrecadados, com conciliação financeira periódica;
 - 5.1.3. Disponibilizar relatórios gerenciais que permitam acompanhamento e controle pela Administração;
 - 5.1.4. Garantir segurança, sigilo e conformidade com a Lei nº 13.709 no tratamento de dados pessoais;
 - 5.1.5. Fornecer Manual de Integração detalhado e suporte técnico suficiente para permitir ajustes nos sistemas da Administração, incluindo integração via arquivos de lote e/ou API;
 - 5.1.6. Realizar o serviço sem cobrança de sobretaxas adicionais, considerando o valor fixo definido no processo licitatório.
- 5.2. O SEMASA/Carangola-MG fornecerá as faturas e receitas a serem integradas, estabelecendo cronograma prévio de implantação com prazos correspondentes.
- 5.3. O serviço deverá operar de forma contínua (24 horas por dia, inclusive finais de semana e feriados), permitindo liquidação imediata das receitas, em conformidade com as normas e manuais do Banco Central do Brasil relativos ao PIX e à geração de QR Code Estático, conforme Resolução BCB nº 1/2020 e suas alterações.
- 5.4. **Contas Emitidas:**
 - 5.4.1. Conforme dados operacionais, são emitidas, em média, **12.660 contas por mês**, totalizando aproximadamente **152.400 contas anuais**. Esse volume evidencia a dimensão da demanda administrativa e financeira envolvida na gestão do ciclo de emissão e arrecadação, servindo como parâmetro para dimensionamento da solução a ser adotada.
- 5.5. **Contas Arrecadadas – Exercício de 2025:**
 - 5.5.1. No exercício de 2025, verificou-se média mensal de **10.478 guias arrecadadas**. Dessa média mensal **2.580**



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

guias foram pagas via PIX e 7.898 guias foram pagas por outros meios de pagamento disponíveis.

- 5.5.2. No consolidado anual de 2025, registrou-se **30.966 guias pagas via PIX e 94.780 guias pagas por outros meios de pagamento**, totalizando **125.746 guias arrecadadas no exercício**.
- 5.5.3. Em termos proporcionais, os pagamentos mensais via PIX representaram **24,6% da arrecadação**, enquanto os demais meios corresponderam a **75,4% do total arrecadado**.
- 5.5.4. Os dados demonstram que, embora o PIX já possua participação relevante no volume de arrecadação, a maior parte dos pagamentos ainda ocorre por meios tradicionais, o que evidencia a necessidade de manutenção de múltiplas modalidades de pagamento, bem como a possibilidade de ampliação gradual do uso do PIX como estratégia de modernização, eficiência operacional e redução de custos transacionais.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1. Apresentação de Registro, Certidão ou Autorização do Banco Central do Brasil, comprobatória da condição de Instituição Financeira.

7. PRAZOS DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO

- 7.1. A implantação deverá ser concluída no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, compreendendo todas as etapas necessárias à efetiva disponibilização da funcionalidade em ambiente de produção, incluindo parametrização, integração sistêmica, testes e homologação.
- 7.2. Será admitida a execução remota das atividades técnicas, desde que assegurado o pleno funcionamento da solução e a compatibilidade com os sistemas utilizados pela Autarquia.
- 7.3. A solução será considerada aceita após a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada, especialmente quanto: à correta geração do PIX Estático; à integração com o sistema de gestão utilizado pela Autarquia; à geração e ao processamento adequado dos arquivos de retorno; à regular conciliação dos pagamentos realizados.
- 7.4. Constatadas inconsistências ou inconformidades, a contratada deverá promover as adequações necessárias no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da notificação formal, sem ônus adicional para o SEMASA/Carangola-MG e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.5. O SEMASA não se obriga a manter e/ou abrir nenhum tipo de conta com ou sem ônus na instituição bancária da licitante vencedora.
- 7.6. De acordo com a necessidade do SEMASA/Carangola-MG, e mediante avanços tecnológicos, a instituição financeira deverá estar preparada para migrar para o QR Code dinâmico via API (Application Programming Interface) sem custos adicionais para a Autarquia.
- 7.7. A aceitação da solução não exime a contratada da responsabilidade pela adequada execução contratual, permanecendo responsável por falhas, vícios ou irregularidades identificadas durante a vigência do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (CONTRATADA)

- 8.1. Estar autorizada a funcionar pelo **Banco Central do Brasil**, apta a operar o Sistema de Pagamentos Instantâneos – PIX e sem impedimentos legais ou regulatórios para execução do objeto.
- 8.2. Disponibilizar arrecadação via PIX com QR Code estático, permitindo a liquidação por qualquer prestador de serviços de pagamento participante do arranjo PIX.
- 8.3. Assegurar a identificação individualizada das faturas pagas, liquidação imediata e crédito dos valores em conta do SEMASA/Carangola-MG.
- 8.4. Disponibilizar arquivos de retorno e relatórios eletrônicos detalhados da arrecadação, garantindo rastreabilidade e consulta para conciliação financeira.
- 8.5. Integrar a solução tecnológica com o sistema de gestão do SEMASA, assegurando compatibilidade de layout, processamento adequado dos arquivos e fornecimento de documentação técnica necessária.
- 8.6. Disponibilizar extratos detalhados contendo identificação do pagador (quando disponível), data e horário da liquidação, valor pago e identificador da transação.
- 8.7. Fornecer prestação de contas completa e periódica, incluindo relatórios gerenciais para acompanhamento e controle pela Administração.
- 8.8. Oferecer suporte técnico adequado para ajustes nos sistemas da Administração e manter operação contínua, 24 horas por dia, inclusive finais de semana e feriados.
- 8.9. Executar os serviços de forma coordenada, segura e eficiente, observando prazos, exigências técnicas, legais e operacionais aplicáveis ao PIX.
- 8.10. Manter ambiente seguro de transmissão de dados, com autenticação, controles de acesso, criptografia, registro de operações e observância à **LGPD**.
- 8.11. Processar os pagamentos com integridade, rastreabilidade e tempestividade, informando imediatamente quaisquer inconsistências e promovendo as correções necessárias.
- 8.12. Substituir, corrigir ou ajustar, às suas expensas e no prazo fixado pela fiscalização, falhas ou irregularidades na execução dos serviços.
- 8.13. Manter preposto formalmente indicado e aceito pela Contratante para representar a Instituição Financeira durante a execução contratual.
- 8.14. Comunicar ao SEMASA, no prazo máximo de 24 horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

8.15. Observar normas do Banco Central do Brasil, CMN e demais regulamentações aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional e ao PIX.

8.16. Assumir integral responsabilidade civil, administrativa e operacional pelos serviços, incluindo falhas sistêmicas, indisponibilidade da plataforma, atrasos ou inconsistências nos arquivos de retorno, e executar os serviços sem cobrança de sobretaxas adicionais.

9. OBRIGAÇÕES DO SEMASA/CARANGOLA-MG (CONTRATANTE)

- 9.1. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Instituição Financeira contratada.
- 9.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, garantindo o cumprimento das condições pactuadas e das obrigações assumidas pela contratada.
- 9.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre eventuais vícios, falhas, inconsistências ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam substituídos, corrigidos ou ajustados às suas expensas, nos prazos estabelecidos.
- 9.4. Garantir à contratada acesso aos setores técnicos e administrativos necessários à execução dos serviços, inclusive para testes, validações, esclarecimentos e adaptações sistêmicas.
- 9.5. Elaborar, gerar e enviar os arquivos de arrecadação digitalmente, em formato compatível com os sistemas da contratada, garantindo a segurança, integridade, confidencialidade das informações transmitidas e recebimento de comprovante ou recibo de entrega imediato.
- 9.6. Disponibilizar os recursos necessários para a efetiva execução das transações e conciliações financeiras.
- 9.7. Prestar à contratada todas as informações, esclarecimentos e suporte necessários à execução dos serviços objeto do contrato.
- 9.8. Fiscalizar a execução do objeto contratual quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos, registrando eventuais falhas e comunicando à contratada a necessidade de medidas corretivas.
- 9.9. Aplicar, quando cabível, sanções previstas no contrato ou na legislação, em caso de descumprimento parcial ou total das obrigações pela contratada.

10. GESTÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 10.1. A execução do objeto será monitorada e avaliada pelos servidores designados pelo Diretor Geral da Autarquia, que serão responsáveis pela gestão e fiscalização desta contratação, observando-se as obrigações estabelecidas na Portaria SEMASA/CGA-039/2023.

11. DA TRANSFERÊNCIA DE VALORES E FORMA DE PAGAMENTO

- 11.1. A transferência de valores ocorrerá da seguinte forma:
 - 11.1.1. A CONTRATADA fará a transferência de valores recebidos, sem ônus para a CONTRATANTE, enviado para a conta corrente indicada pela CONTRATANTE, até às 9:00 (nove) horas do segundo dia posterior à execução da cobrança.
 - 11.1.2. A CONTRATADA deverá encaminhar por boleto à CONTRATANTE, os valores referentes às cobranças das faturas de água, esgoto e demais receitas do mês anterior. O boleto deverá ser gerado com vencimento para o último dia útil do mês subsequente à cobrança das tarifas, no valor líquido, descontando-se o valor do Imposto de Renda, que será retido na fonte, pelo SEMASA. Anexo a este boleto, deverá ser encaminhado o relatório mensal dos valores brutos das respectivas tarifas, detalhado por dia de arrecadação.
 - 11.1.3. Os recebimentos efetuados em dias e horários sem expediente deverão ser transferidos no 1º (primeiro) dia útil subsequente até as 09:00 horas.

12. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

- 12.1. A Instituição Financeira será selecionada por meio de procedimento licitatório, na modalidade **pregão eletrônico**, utilizando-se como critério de julgamento o **menor preço unitário**, considerando o valor da remuneração oferecida para a execução do objeto.
- 12.2. Além das exigências legais previstas na Lei nº 14.133/2021, a escolha da Instituição Financeira levará em consideração o atendimento às especificações descritas neste Termo de Referência, a regularidade habilitatória exigida no Edital e a qualificação técnica necessária ao cumprimento das obrigações contratuais.
- 12.3. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista serão as usuais para a generalidade do objeto, em conformidade com a legislação vigente e com os critérios do Edital.
- 12.4. Somente poderão participar da licitação as Instituições Financeiras que estejam autorizadas a funcionar pelo **Banco Central do Brasil**; atendam integralmente às exigências de habilitação previstas neste Termo de Referência e no Edital; apresentem proposta em conformidade com os parâmetros estabelecidos e não estejam impedidas de contratar com a Administração Pública.

13. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

- 13.1. A Instituição Financeira será selecionada por meio de procedimento licitatório, na modalidade **pregão eletrônico**, utilizando-se como critério de julgamento o **menor preço unitário**, considerando o valor da remuneração oferecida para a execução do objeto.

14. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

- 14.1. Conforme especificado no item nº 5 e seus subitens do Estudo Técnico Preliminar, parte integrante deste procedimento licitatório, juntamente com seus anexos que lhe dão suporte, na obtenção de valores de contratação foi



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

composto o valor unitário de R\$ 1,02 (um real e dois centavos), sendo este valor final unitário o máximo aceitável para a contratação do item

14.2. Considerando a quantidade estimada de 2.580 guias arrecadadas mensais, o valor total estimado da contratação corresponde a R\$ 2.631,60 (dois mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária Função: 17 - Sub-Função: 122 - Programa: 0021 - Atividade: 6001- Natureza/Despesa: 3.3. 90.39.00.

CARANGOLA – MG, 27 DE ABRIL DE 2026

Francisco Carlos da Cruz
Diretor Administrativo
SEMASA/Carangola-MG

Anderson Barcelos
Chefe da Seção de Contas e Consumo
SEMASA/Carangola/MG



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

ANEXO II PROPOSTA DE PREÇOS

Processo nº: 022/2026

Modalidade: Pregão nº 017/2026

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor Preço Unitário

Objeto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços de arrecadação das faturas de água, esgoto e demais receitas do SEMASA – Carangola/MG, por meio do sistema de pagamentos instantâneos PIX, no padrão QR Code estático, incluindo a correspondente prestação de contas e conciliação dos valores arrecadados.

Observação: Proposta a ser cadastrada no sistema da “LICITANET” identificado somente com um código fornecido pelo próprio sistema, sem a identificação do fornecedor, visando atender o princípio da impessoalidade e preservação do sigilo da proposta.

Item	Cód.	Especificação	Unidade	Quantidade estimada de guias arrecadadas mensais via PIX	Valor Unitário	Valor Total
01	12334	Arrecadação via PIX (QR Code estático)	transação	2.580		



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº: ____/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

CONTRATADO:

OBJETO:..... Contratação de instituição financeira para prestação de serviços de arrecadação das faturas de água, esgoto e demais receitas do SEMASA – Carangola/MG, por meio do sistema de pagamentos instantâneos PIX, no padrão QR Code estático, incluindo a correspondente prestação de contas e conciliação dos valores arrecadados.

VALOR:..... R\$

VIGÊNCIA:..... 12 (doze) meses

LICITAÇÃO: PROCESSO Nº 022/2026 - PREGÃO Nº 017/2026

SETOR RESPONSÁVEL: SETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

SEÇÃO RESPONSÁVEL: ADMINISTRAÇÃO

Entre o **Serviço Municipal de Saneamento Básico e Infraestrutura** do município de Carangola - MG, autarquia municipal criada pela Lei nº 734/68, alterada pela Lei Municipal nº 3.941/08, com sede à Rua Divino, nº 93, Centro, nesta, inscrito no CNPJ nº 17.726.399/0001-95, adiante designada **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Diretor Geral em exercício, Sr. Vitor Hugo Cosenza Neves, no uso de sua atribuição legal, e a Instituição Financeira _____, CNPJ nº _____, sito à _____, adiante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr(a). _____, tendo em vista o resultado do procedimento licitatório, no Processo nº 022/2026, Pregão nº 017/2026, homologado em ____/____/2026, fica justo e contratado sob o regime da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Item	Cód.	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	12334	Arrecadação via PIX (QR Code estático)	transação	2.580		

Parágrafo único A presente contratação tem por objetivo selecionar instituição financeira para prestação de serviços de arrecadação das faturas de água, esgoto e demais receitas do SEMASA – Carangola/MG, por meio do sistema de pagamentos instantâneos PIX, no padrão QR Code estático, compreendendo a correspondente prestação de contas, conciliação financeira e fornecimento de relatórios gerenciais, assegurando maior eficiência, segurança e agilidade na arrecadação, nos termos das normas do Banco Central do Brasil.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

A presente contratação se vincula à pela Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se nos casos omissos o disposto na legislação civil vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

A instituição financeira contratada deverá:

§ 1º Arrecadar as faturas de água, esgoto e demais receitas da CONTRATANTE por meio do sistema PIX, no padrão QR Code estático, permitindo a liquidação por qualquer prestador de serviços de pagamento participante do arranjo PIX.

§ 2º Fornecer prestação de contas completa e detalhada dos valores arrecadados, com conciliação financeira periódica.

§ 3º Disponibilizar relatórios gerenciais que permitam acompanhamento e controle pela Administração.

§ 4º Garantir segurança, sigilo e conformidade com a Lei nº 13.709 no tratamento de dados pessoais.

§ 5º Fornecer Manual de Integração detalhado e suporte técnico suficiente para permitir ajustes nos sistemas da Administração, incluindo integração via arquivos de lote e/ou API.

§ 6º Realizar o serviço sem cobrança de sobretaxas adicionais, considerando o valor fixo definido no processo licitatório.

§ 7º A CONTRATANTE fornecerá as faturas e receitas a serem integradas, estabelecendo cronograma prévio de implantação com prazos correspondentes.

§ 8º O serviço deverá operar de forma contínua (24 horas por dia, inclusive finais de semana e feriados), permitindo liquidação imediata das receitas, em conformidade com as normas e manuais do Banco Central do Brasil relativos ao PIX e à geração de QR Code Estático, conforme Resolução BCB nº 1/2020 e suas alterações.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO

Será designada como gestora do Contrato a servidora **Luana Araújo Magalhães**, designada conforme Portaria SEMASA/CGA-92/2025, observando-se as obrigações estabelecidas na Portaria SEMASA/CGA-039/2023, artigo 2º, inciso IV, § 1º, conforme se segue:

§ 1º Caberá ao Gestor do Contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- II - acompanhar os registros realizados pelos Fiscais do Contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa em relatório;
- IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato;
- V - elaborar histórico de gerenciamento que deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração; caso não seja detectada a necessidade de adequações ao contrato a elaboração do referido histórico ficará dispensada;
- VI - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao Agente de Contratação específico para a formalização dos procedimentos cabíveis;
- VII - elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- VIII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos, quando no contrato constar matriz de risco, durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial, se houver;
- IX - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, se houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e as eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;
- X - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no Art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- XI - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;
- XII - remeter à Seção de Compras e Contratos todos os documentos que porventura venham a ser gerados relativos à gestão e fiscalização dos contratos para que os mesmos possam ser devidamente arquivados ao procedimento licitatório que lhe deu origem.

CLÁUSULA QUINTA – DO FISCALIZAÇÃO

Será designado como Fiscal do Contrato a servidora **Ana Luiza Fonseca Xavier**, designada conforme Portaria SEMASA/CGA-04/2026, observando-se as obrigações estabelecidas na Portaria SEMASA/CGA-039/2023, artigo 2º, inciso V, § 1º, conforme se segue:

§ 1º Os fiscais de contratos serão responsáveis por acompanhar o cumprimento de todas as cláusulas contratuais por parte da contratante e da contratada, comunicando formalmente ao Gestor de Contrato quaisquer irregularidades para que o mesmo possa realizar as diligências e/ou notificações que se fizerem necessárias, a partir da emissão de documento comprobatório de avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos.

CLÁUSULA SEXTA – IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO

A implantação deverá ser concluída no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, compreendendo todas as etapas necessárias à efetiva disponibilização da funcionalidade em ambiente de produção, incluindo parametrização, integração sistêmica, testes e homologação.

§ 1º Será admitida a execução remota das atividades técnicas, desde que assegurado o pleno funcionamento da solução e a compatibilidade com os sistemas utilizados pela CONTRATANTE.

§ 2º A solução será considerada aceita após a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada, especialmente quanto: à correta geração do PIX Estático; à integração com o sistema de gestão utilizado pela Autarquia; à geração e ao processamento adequado dos arquivos de retorno; à regular conciliação dos pagamentos realizados.

§ 3º Constatadas inconsistências ou inconformidades, a contratada deverá promover as adequações necessárias no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da notificação formal, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 4º A CONTRATANTE não se obriga a manter e/ou abrir nenhum tipo de conta com ou sem ônus na instituição financeira contratada.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

§ 5º De acordo com a necessidade da CONTRATANTE, e mediante avanços tecnológicos, a instituição financeira contratada deverá estar preparada para migrar para o QR Code dinâmico via API (Application Programming Interface) sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

§ 6º A aceitação da solução não exime a contratada da responsabilidade pela adequada execução contratual, permanecendo responsável por falhas, vícios ou irregularidades identificadas durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, no cumprimento deste contrato, obriga-se a:

§ 1º Estar autorizada a funcionar pelo **Banco Central do Brasil**, apta a operar o Sistema de Pagamentos Instantâneos – PIX e sem impedimentos legais ou regulatórios para execução do objeto.

§ 2º Disponibilizar arrecadação via PIX com QR Code estático, permitindo a liquidação por qualquer prestador de serviços de pagamento participante do arranjo PIX.

§ 3º Assegurar a identificação individualizada das faturas pagas, liquidação imediata e crédito dos valores em conta da CONTRATANTE.

§ 4º Disponibilizar arquivos de retorno e relatórios eletrônicos detalhados da arrecadação, garantindo rastreabilidade e consulta para conciliação financeira.

§ 5º Integrar a solução tecnológica com o sistema de gestão da CONTRATANTE, assegurando compatibilidade de layout, processamento adequado dos arquivos e fornecimento de documentação técnica necessária.

§ 6º Disponibilizar extratos detalhados contendo identificação do pagador (quando disponível), data e horário da liquidação, valor pago e identificador da transação.

§ 7º Fornecer prestação de contas completa e periódica, incluindo relatórios gerenciais para acompanhamento e controle pela Administração.

§ 8º Oferecer suporte técnico adequado para ajustes nos sistemas da Administração e manter operação contínua, 24 horas por dia, inclusive finais de semana e feriados.

§ 9º Executar os serviços de forma coordenada, segura e eficiente, observando prazos, exigências técnicas, legais e operacionais aplicáveis ao PIX.

§ 10º Manter ambiente seguro de transmissão de dados, com autenticação, controles de acesso, criptografia, registro de operações e observância à LGPD.

§ 11º Processar os pagamentos com integridade, rastreabilidade e tempestividade, informando imediatamente quaisquer inconsistências e promovendo as correções necessárias.

§ 12º Substituir, corrigir ou ajustar, às suas expensas e no prazo fixado pela fiscalização, falhas ou irregularidades na execução dos serviços.

§ 13º Manter preposto formalmente indicado e aceito pela CONTRATANTE para representar a Instituição Financeira durante a execução contratual.

§ 14º Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

§ 15º Observar normas do Banco Central do Brasil, CMN e demais regulamentações aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional e ao PIX.

§ 16º Assumir integral responsabilidade civil, administrativa e operacional pelos serviços, incluindo falhas sistêmicas, indisponibilidade da plataforma, atrasos ou inconsistências nos arquivos de retorno, e executar os serviços sem cobrança de sobretaxas adicionais.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE, no cumprimento deste contrato, obriga-se a:

§ 1º Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Instituição Financeira contratada.

§ 2º Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, garantindo o cumprimento das condições pactuadas e das obrigações assumidas pela contratada.

§ 3º Notificar a contratada, por escrito, sobre eventuais vícios, falhas, inconsistências ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam substituídos, corrigidos ou ajustados às suas expensas, nos prazos estabelecidos.

§ 4º Garantir à contratada acesso aos setores técnicos e administrativos necessários à execução dos serviços, inclusive para testes, validações, esclarecimentos e adaptações sistêmicas.

§ 5º Elaborar, gerar e enviar os arquivos de arrecadação digitalmente, em formato compatível com os sistemas da contratada, garantindo a segurança, integridade, confidencialidade das informações transmitidas e recebimento de comprovante ou recibo de entrega imediato.

§ 6º Disponibilizar os recursos necessários para a efetiva execução das transações e conciliações financeiras, garantindo o repasse adequado aos pagamentos e a liquidação correta das guias.

§ 7º Prestar à contratada todas as informações, esclarecimentos e suporte necessários à execução dos serviços objeto do contrato.

§ 8º Fiscalizar a execução do objeto contratual quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos, registrando eventuais falhas e comunicando à contratada a necessidade de medidas corretivas.

§ 9º Aplicar, quando cabível, sanções previstas no contrato ou na legislação, em caso de descumprimento parcial ou total das obrigações pela contratada.



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

CLÁUSULA NONA – DA TRANSFERÊNCIA DE VALORES E FORMA DE PAGAMENTO

A transferência de valores ocorrerá da seguinte forma:

§ 1º A CONTRATADA fará a transferência de valores recebidos, sem ônus para a CONTRATANTE, enviado para a conta corrente indicada pela CONTRATANTE, até às 9:00 (nove) horas do segundo dia posterior à execução da cobrança.

§ 2º A CONTRATADA deverá encaminhar por boleto à CONTRATANTE, os valores referentes às cobranças das faturas de água, esgoto e demais receitas do mês anterior. O boleto deverá ser gerado com vencimento para o último dia útil do mês subsequente à cobrança das tarifas, no valor líquido, descontando-se o valor do Imposto de Renda, que será retido na fonte, pelo SEMASA. Anexo a este boleto, deverá ser encaminhado o relatório mensal dos valores brutos das respectivas tarifas, detalhado por dia de arrecadação.

§ 3º Os recebimentos efetuados em dias e horários sem expediente deverão ser transferidos no 1º (primeiro) dia útil subsequente até as 09:00 horas.

CLÁUSULA DEZ – DAS REVISÕES

Os pedidos de reajuste, repactuação e revisão ou documento equivalente, deverão ser endereçados ao Fiscal do Contrato, devidamente instruídos com provas que evidenciam a necessidade, com identificação do instrumento a que se refere.

§1º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

§2º Na hipótese de a CONTRATADA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

§3º Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

§4º Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

§5º Serão utilizados para reajustamento de preços IGPM/IBGE ou INPC/IBGE ou IPCA/IBGE, o que estiver a menor, conforme § 7º, art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA ONZE – DAS PENALIDADES E MULTAS

As penalidades e multas serão executadas conforme artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

§ único Em caso de atraso injustificado na execução do contrato, a CONTRATADA estará sujeita a multa de mora de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da CONTRATADA, independentemente de outras penalidades, conforme artigo 162 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DOZE - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária Função: 17 - Sub-Função: 122 - Programa: 0021 - Atividade: 6001- Natureza/Despesa: 3.3. 90.39.00.

CLÁUSULA TREZE - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com o Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUATORZE - DA RESPONSABILIDADE

Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, mencionadas no art. 393 do Código Civil, a CONTRATADA responderá, com suporte no princípio da culpa objetiva, pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pela CONTRATANTE, ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivos ou omissivos da CONTRATADA ou de seus prepostos.

§ único Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos nesta cláusula, o CONTRATANTE, ao seu alvedrio, o declarará e fixará o seu valor, podendo abatê-lo dos vencimentos mensais devidos à CONTRATADA, ou, se inviável a compensação, prover a execução judicial, independentemente da participação da CONTRATADA na apuração do prejuízo, através da expedição de letra de câmbio de valor equivalente ao dano, com força de título executivo extrajudicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

CLÁUSULA QUINZE - INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº 734/68

CNPJ: 17.726.399/0001-95

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura ao SEMASA/Carangola-MG o direito de extinguir o instrumento contratual a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§2º O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará à CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da CONTRATADA, independentemente de outras penalidades.

§3º Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§4º No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções administrativas pertinentes.

§5º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o SEMASA/Carangola-MG poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual.

§6º O cancelamento contratual também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento do contrato, quando:

a) descumprir as condições contratuais;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o preço de contrato, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado dos quais a administração tome conhecimento; ou

d) sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§7º O cancelamento contratual nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será formalizado por despacho fundamentado.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO ÔNUS DA PROVA

Caso a CONTRATANTE tenha que ingressar em juízo para fazer valer este instrumento, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo à CONTRATADA o ônus de provar o contrário. Se a CONTRATANTE for ré ou litisconsorte passiva, bastará a sua alegação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintos do direito da CONTRATADA e a esta restará o ônus da prova contrária.

CLÁUSULA DEZESSETE - DAS PARTES INTEGRANTES

Integram o presente contrato o Edital de Pregão nº 017/2026 e seus anexos, assim como a proposta firmada pela CONTRATADA, naquilo em que não conflitem com este instrumento.

CLÁUSULA DEZOITO - DO FORO

As partes CONTRATANTES elegem o foro da Comarca de Carangola - MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja para a solução de qualquer pendência atinente a este contrato.

E por estarem assim ajustados, as partes firmam o presente contrato, em duas vias para um só efeito, depois de lido e achado conforme na presença de duas testemunhas.

Carangola - MG, ____ de _____ de 2026

Serviço Municipal de Saneamento Básico e Infraestrutura

Vitor Hugo Cosenza Neves

Diretor Geral

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME:
CPF:

2) _____
NOME:
CPF: